

UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DA POLÍTICA DE TRANSFERENCIA DE RENDA E SUA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO NOS BAIRROS DOS CURADOS – JABOATÃO DOS GUARARAPES/PE

Eixo Temático: 2. Gestão, financiamento da educação e qualidade de ensino

Cinthy Cristiane Galvão dos Santos
Cinthy_cristiane@yahoo.com.br
Universidade Federal de Pernambuco
Edinoan Padre da Silva
edinoan@hotmail.com
Universidade Federal de Pernambuco

Introdução

Numa análise conceitual das ciências sociais as concepções e representações não devem cair nos idealismos que operam nos meios escolares. Porém, a família enquanto instituição social age de acordo com o momento histórico e social em que se encontra. Foi com os estudos aprofundados das ciências sociais que se configurou a origem da família, seu papel social e sua relação com a sociedade. Com os métodos das Ciências Sociais dentro de um contexto acadêmico da década de 1980, o papel da família e suas especificidades no meio político, econômico e social passou a ser problematizado com mais ênfase.

Segundo Nogueira (2005,p 569), deixa-se de conceber a concepção de grupo familiar como mero reflexo da classe social para concebê-lo como um agente social e resultado de uma dinâmica interna. O grupo familiar nesse sentido, define sua especificidade por seu modo de relacionar com o meio em que vive.

É importante perceber que na realidade brasileira, devido à diversidade de organização social é impróprio se falar em única definição da instituição familiar. Assim sendo, a instituição família se estrutura no âmbito dos valores, hábitos, costumes e passa a vivenciar embasada em tais aspectos.

Em decorrência aos pontos da pesquisa, o estudo busca compreender também, a influência que o indivíduo recebe dentro do sistema escolar, que conforme Bourdieu (2002, p. 41), mesmo a escola podendo atuar como um instrumento para uma educação crítica, voltada para a formação do indivíduo à cidadania, ela atua como:

[...] “ um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais, e sanciona a herança cultural e o dom social tratado como dom natural ”

Sabe-se que há uma grande contribuição do capital cultural herdado dos pais na vida dos educandos dentro da escola. Contudo, baseando-se nos moldes do sistema capitalista, que há uma crescente busca por crescimento pessoal e econômico, ocorre na sociedade uma intensa procura por qualificações, e é posto à escola o dever de atuar como o instrumento primordial para que o indivíduo possa garantir, através dos conhecimentos científicos, um maior nível econômico e social. É importante também destacar que essa busca por uma qualificação mais rebuscada gera competições dentro e fora do ambiente escolar.

[...] “Os estudantes oriundos dos diferentes meios sociais devem sua forma e sua natureza ao fato de que a seleção que eles sofrem é desigualmente severa, e que as

vantagens ou desvantagens sociais convertidas progressivamente em vantagens e desvantagens escolares pelo jogo das orientações precoces, que diretamente ligadas à origem social, substituem e redobram a influência desta última.”
BOURDIEU (2002, p.51-52)

Em decorrência, o estudo também trará questionamentos sobre o papel do Estado e sua relação com a escola e a família numa visão mais geral, como instrumento primordial para se entender o impacto local (nos bairros dos Curados) da política em estudo com a aprendizagem dos beneficiários objetos de estudo.

A Família, a Escola e o Estado

É perceptível que há uma forte relação entre as funções familiares e as do estado de bem-estar. Conforme Serapione (2005), enquanto mais funções são concentradas nas famílias, tanto menos relevante é o papel das agências de serviços extra familiares e vice-versa. Assim sendo, o autor explica sobre a possibilidade de interpretações que chegam tanto a pólos positivos, por exemplo, quando a família possui recursos limitados, porém, essenciais à sua sobrevivência, e que por esse motivo necessita de serviços sociais, que possibilitem dentre outros fins à efetividade; já o pólo negativo, refere-se às ações das políticas sociais e do mercado, quando estas apresentam suas contribuições de modo a agredir e enfraquecer de forma cultural e social a família como instituição. De acordo com Mioto (2004), os programas voltados para as famílias que se encontram em “situações limites” se dão devido à ideologia de que as famílias possuem “a capacidade infinita de proteção”. Consequentemente, afirma a autora que os trabalhos realizados para essas famílias acabam se pautando em concepções de modo estereotipadas frente à complexidade do cotidiano enfrentado por estas. Um ponto muito importante em relação às fragilidades das políticas voltadas para as famílias de baixa renda é a capacitação dos profissionais para executar esse tipo de trabalho, tornando o exercício dessas políticas ainda mais frágil. Para Serapione (2005), a grande maioria dos programas para esse fim, foca um determinado membro, ou o filho, ou a mulher, etc, porém, do ponto de vista crítico, falta estratégias que auxiliem na integração da instituição família.

No Brasil, conforme Serapione (2005), há dois patamares sobre o trabalho social desenvolvido para as famílias:

1. As ações são baseadas no conservadorismo e por sua vez pouco eficientes, pois, deixam de reconhecer as potencialidades da autonomia das famílias;
2. Essas políticas são descontínuas e fragmentadas, que em detrimento não promovem a integração dessas famílias.

Vários estudiosos dedicaram-se ao estudo da relação escola-família, a exemplo, na sociologia, Bourdieu e Durkheim. Bourdieu dentre tanto outros escritos voltados para a educação apresenta questionamentos tanto da relação escola-família, como também, da importância de se entender essa relação na conjuntura em que ela se encontra. Pois, para este autor:

“ Na realidade, cada família transmite a seus filhos, mais por vias indiretas que diretas, um certo capital cultural e um certo ethos, sistema de valores implícitos e profundamente interiorizados, que contribui para definir, entre coisas, as atitudes face ao capital cultural e à instituição escolar.”

(BOURDIEU, 1975, p.41-42)

Durkheim (1978) afirma que os pais não podem educar os filhos sem embasá-los nos fatos e costumes sociais, os quais na maioria das vezes são cristalizados na sociedade. Esses costumes ao serem desrespeitados podem se voltar contra seus filhos, pois, estes últimos em fase adulta estarão com idéias contrárias às de seus contemporâneos, causando assim um desequilíbrio harmônico em suas vidas no meio social. Nesse sentido, há certo tipo de regulação na educação que deve ser entendida num contexto bem mais amplo que apenas o meio escolar.

Segundo Durkheim (1978), a escola é uma instituição promotora da coesão social, que cumpre na sociedade a formação do “ser social”, sendo o indivíduo um ser *individual* que tem seu lado pessoal; e o *ser social*, que reflete não o que pensa, mas o conjunto de idéias, hábitos e costumes do(s) grupo(s) que faz parte. Para Bourdieu (1975, p.64):

“Todo sistema de ensino institucionalizado (SE) deve as características específicas de sua estrutura e de seu funcionamento ao fato de que lhe é preciso produzir e reproduzir, pelos meios próprios da institucionalização, as condições constitucionais cuja existência e persistência (auto reprodução da instituição) são necessários tanto ao exercício de sua função própria de inculcação quanto à realização de sua função de reprodução de um arbitrário cultural do qual ele não é o produtor (reprodução cultural) e cuja reprodução contribui à reprodução das relações entre os grupos ou as classes (reprodução social).”

Nesse sentido, com a transmissão dessas idéias, legitimadas pelos que estão no topo da hierarquia social, o Estado tende cada vez mais a diminuir sua responsabilidade social com uma educação de qualidade, ao passo de repassar um pouco ou quase toda a responsabilidade do crescimento dos indivíduos para a família dentro da sociedade. Um exemplo é o Programa Bolsa Família, onde o Estado impõe às famílias a garantia da transferência de renda direta, se estas cumprirem as condicionalidades. Assim sendo, o Estado estabelece com as famílias condições para que estas recebam o benefício, ao mesmo tempo em que se ausenta de criar programas que motivem criticamente esses beneficiários a estarem dentro da escola. Estas famílias com o não cumprimento das condicionalidades poderá lhes causar sérios danos econômicos. As famílias terão como punição por seu descumprimento a suspensão ou cancelamento do benefício.

É importante perceber que, no Brasil o sistema educacional é utilizado pela força hegemônica para reproduzir seus objetivos, através das relações de poder, concretizando uma violência simbólica. Esta, Segundo Bourdieu e Passeron (1975, p.19), é posta de forma dissimulada:

“ Todo poder de violência simbólica, isto é todo poder que chega a impor significações e a impô-las como legítimas, dissimulando as relações de forças que estão na base de sua força, acrescenta sua própria força, isto é, propriamente simbólica, a essas relações de força.”

O Estado apresenta-se como provedor de serviços sociais, com garantias de direitos mínimos, contudo, ao ser analisado criticamente, utiliza-se de seu poder para regular a sociedade com a legitimidade de suas idéias transmitidas como normas ou condutas corretas cristalizadas e reproduzidas em toda a sociedade. Conforme Bourdieu e Passeron (1975, p.35):

“ O monopólio da legitimidade cultural dominante é sempre o resultado do jogo de uma concorrência entre instâncias ou agentes [...] na medida em que está

investida de uma autoridade pedagógica, a ação pedagógica tende a produzir o desconhecimento da verdade objetiva do arbitrário cultural, pelo fato de que, reconhecida como instância legítima de imposição, ela tende a produzir o reconhecimento do arbitrário cultural que ela inculca como cultura legítima.”

Cohen, E & Franco (2008) explicam que atualmente há um aumento dos recursos destinados ao social, porém, com a criação de gastos extra-orçamentários. Do ponto de vista sociológico, a eficiência dessas políticas se apresenta como critério para que ocorra um bom funcionamento da sociedade em questão. A equidade é neste sentido representada pela idéia de que todos os seres humanos possuem o mesmo valor. A igualdade de oportunidade surge estabelecendo equidade na condição social dos indivíduos a partir dos seus méritos.

Porém, como afirma Bourdieu (2002), só se pode falar em igualdade de oportunidade e de condições sociais se realmente todos tiverem em condições iguais, sem distinções. Pois, O Estado para se manter no topo da hierarquia do poder estabelece modos de permanecer estável em sua posição, dentro dessa conjuntura, de forma a legitimar a ideologia capitalista em seu benefício, estruturando a sociedade através de certos meios como a educação para contribuir para a manutenção e reprodução das desigualdades sociais.

No geral, diante de tais aspectos, é perceptível a problemática que envolve o Estados, com as implementações de políticas públicas; a escola, que é utilizada como um forte instrumento de reprodução dos ideais capitalistas, e ao mesmo tempo, um meio fundamental para a concretização da aprendizagem; e a família, que antes mesmo da escola, perpassa a herança cultural, e é co-responsável pelos resultados do êxito escolar desses alunos beneficiários ou não desse programa social. É possível perceber que para se entender essa problemática é preciso compreender a importância de cada um, (Estado, Escola e Família) nessa relação, seu papel e sua contribuição. Partindo desse ponto, torna-se mais acessível um entendimento da política em questão.

Metodologia Utilizada na Pesquisa

O estudo utilizou-se como fonte teórica autores consagrados que questionam a relação da família, escola e Estado, como também de coletas de dados no período de Janeiro a Dezembro de 2011, nos Bairros dos Curados, no intuito de compreender o impacto do Programa Bolsa Família na vida dos beneficiários em estudo. Procurou-se ao mesmo tempo contextualizar essa política em nível nacional, analisando a conjuntura política, econômica, social e cultural, no mesmo momento em que através das falas dos pais e alunos beneficiários contribuíram com dados mais precisos dessa política nos bairros em análise na pesquisa.

As perspectivas dos pais sobre a relação do programa Bolsa Família com a aprendizagem

Entre as dez mães entrevistadas foi unânime a assimilação do PBF a uma ajuda financeira. Pois, segundo a fala de uma delas:

“ O PBF ajuda muito lá em casa. Eu compro alimento, roupas e o necessário para que meus filhos não passem por dificuldades...com o benefício os meus filhos ficam mais alegres e motivados para ir à escola, tiram boas notas ... tenho um maior cuidado para que eles não faltem para não cortarem o Bolsa Família.”

A grande maioria das mães apresenta uma preocupação com a situação da regularidade dos alunos nas escolas. Essa preocupação, baseadas nas falas dessas

entrevistadas, não foca como ponto principal uma educação de qualidade, nem com o aumento do capital cultural que esses alunos beneficiários podem adquirir. Todavia, as mães têm a responsabilidade de controlar a presença de seus filhos na escola pelo medo de perder o benefício. Contudo, a explicação para esse controle do aluno na escola provavelmente possa ser encontrada dentro do contexto familiar. Das mães entrevistadas, três moravam com os filhos e o cônjuge, as demais moravam apenas com os filhos. Dentre todas as entrevistadas apenas uma concluiu o ensino médio e trabalhava, porém, sem carteira assinada.

As entrevistadas no decorrer do diálogo, questionaram muitas falhas no programa, tendo como as principais indagações os itens pontuados a seguir:

1. A forma como é realizado o Cadastro Único, que muitas vezes avalia erroneamente e beneficia uma família que não precisa ganhar determinado valor, e em decorrência, deixa de beneficiar famílias que realmente necessitam recebê-lo;

2. O valor que deveria ser revisto, como forma de diminuir o número de famílias na faixa de pobreza extrema;

3. Falta de políticas públicas que causem impactos profundos na educação, de modo que não forneça apenas transferência de renda direta, mas sim, que além do benefício patrocine cursos, oficinas, novos meios de geração de empregos para as crianças e jovens carentes.

De acordo com a maioria das mães entrevistadas é perceptível que o mais importante e alcançado pelos alunos dentro da escolar, na opinião destas, será a conquista futura de um espaço no mercado de trabalho. Nesse sentido:

“ [...] O investimento escolar só tem sentido se um mínimo de reversibilidade da conversão que ele implica for objetivamente garantido.”

NOGUEIRA; CATANI (2002)

Ainda sobre o impacto desse programa na aprendizagem dos alunos objeto de estudo, foi possível destacar algumas respostas dadas que serão classificadas por Mãe (I), Mãe (II), Mãe (III) e Mãe (IV). Vejamos abaixo:

“ Esse programa ainda possui muitas falhas e mesmo ajudando na renda familiar não fornece um ensino de qualidade.”

Mãe (I)

“Apesar das falhas do PBF, eu consigo enxergar êxitos na aprendizagem do meu filho depois do programa.”

Mãe (II)

“Com o programa em ação as crianças estão indo mais à escola e como consequência, aumentando a qualidade da aprendizagem.”

Mãe (III)

Com as falas expostas a cima percebe-se que algumas dessas mães assimilam a educação de qualidade à presença do aluno em sala de aula (escolarização) . Porém, a escolarização não garante aos indivíduos uma aprendizagem que possibilite sua participação crítica na construção de uma sociedade voltada para a cidadania e o respeito entre os mesmos na sociedade.

As perspectivas dos alunos sobre a relação do Programa Bolsa Família com a Aprendizagem

Os dez alunos participantes do trabalho, são de níveis diferenciados. A faixa etária dos entrevistados variou entre 13 e 17 anos, porém, as falas não variaram tanto nas indagações e conceitos formados por estes sobre o impacto do programa em estudo. Assim como os pais, os alunos também foram entrevistados em suas residências, como forma de deixá-los com maior liberdade de expressão, por se encontrar em seu meio mais corriqueiro. O ambiente também foi escolhido pelo fato dos alunos dentro do ambiente escolar se esquivarem de responder indagações sobre o PBF.

As entrevistas ocorreram através de diálogos que se prolongavam na medida em que os discentes se propunham a uma maior extração de informações, de modo a ocorrerem fluentemente. Alguns respondiam de forma vaga, imprecisa, outros marcaram a entrevista mas, não a realizavam. Porém, houve os que se comprometeram com a pesquisa, respondendo com precisão e interagindo conforme o diálogo decorria.

Um dos pontos mais importantes nas falas dos alunos beneficiários foi quando eles foram questionados se os mesmos conseguiam perceber alguma relação direta/indireta do Programa Bolsa Família com a aprendizagem. Dentre as respostas:

“ O programa auxilia sim, em roupas, comidas, em fim, na parte financeira, mas em relação à educação/aprendizagem ele não é eficaz, pois, para que ele venha a atingir a aprendizagem, esta deveria ser uma das condicionalidades.”

Aluno do 9º ano

“ O PBF ajuda economicamente, porém, não se pode dizer que não contribui com a educação, mas para o programa se tornar mais forte, se tornar um instrumento em benefício à aprendizagem, é necessário ajustar suas condicionalidades, pois a educação precisa de melhores políticas públicas.”

Aluno do 1º Ano do Ensino Médio

É necessário compreender que em alguns pontos essas políticas não ocorrem simplesmente por um mau planejamento, mas sim são originadas de acordo com o tipo de Estado em que estão inseridas. Nesse sentido, os depoimentos apontam que apesar das falhas do programa, o Estado consegue o papel de provedor no combate à extrema pobreza.

Ao serem instigados a falarem sobre sugestões de melhoria do PBF no intuito de impactar de forma benéfica a aprendizagem, todos sem exceção deram opiniões diretas a este respeito. Entre as opiniões:

“ Este programa deveria mudar de forma que nos beneficiassem em cursos profissionalizantes... e também a forma como está distribuída deveria ser redefinida, pois, existem pessoas que não necessitam e recebem um valor maior que os beneficiários necessitados.”

Aluna do 1º ano do Ensino Médio

“O benefício deveria auxiliar o crescimento social e econômico do aluno de modo que possibilitasse a saída do beneficiário do programa.”

Aluna do 2º ano do Ensino Médio

Nesse sentido, é perceptível a insatisfação com as políticas públicas que possuem ligação direta ou indireta com a educação. Os discentes apresentam não somente dificuldades econômicas, porém, há grandes desafios, como por exemplo, compreender essas políticas e buscar soluções em prol de uma igualdade de chances na sociedade.

As respostas sobre a questão das condicionalidades retomaram a insatisfação principalmente com o CadÚnico. Pois, as colocações voltaram-se para as irregularidades e injustiças cometidas por este sistema, que segundo as afirmações, decorria: 1) o corte de muitas famílias necessitadas, as quais sobrevivem do benefício; 2) valores inadequados para o perfil da família beneficiária; 3) descomprometimento da política com a aprendizagem, na medida em que resumi a educação à presença do alunado em sala de aula.

Um dos entrevistados informou que a maioria dos alunos não se interessa em uma aprendizagem crítica, que construa uma consciência voltada para a cidadania, e sim, preocupam-se em não faltar às aulas para não perder o benefício. Eles afirmavam que a continuidade dos estudos sem o benefício seria possível, contudo teriam muitas dificuldades financeiras, por ser este programa o suporte principal para que eles estejam na escola.

Foi perceptível que a qualidade da aprendizagem não é tão priorizada quanto à presença do aluno em sala de aula. Percebeu-se também nos depoimentos que, a maioria dos entrevistados vê o crescimento da escolarização como uma melhoria na aprendizagem. Desse modo, é observável a associação do PBF à escolarização, influenciado pela conjuntura política, social e de todos os campos que estes se relacionam. Com isso, é inquestionável que há eficiência no aspecto do combate à fome, porém, em se tratando do campo educacional, ainda falta muito o que se fazer para que as políticas de transferência de renda consigam se efetivar nesse sistema tão importante e primordial para a formação de cidadãos conscientes enquanto indivíduo, como também sendo parte de um coletivo.

Metodologia Utilizada na Pesquisa

O estudo utilizou-se como fonte teórica autores consagrados que questionam a relação da família, escola e Estado, como também de coletas de dados no período de Janeiro a Dezembro de 2011, nos Bairros dos Curados, no intuito de compreender o impacto do Programa Bolsa Família na vida dos beneficiários em estudo. Procurou-se ao mesmo tempo contextualizar essa política em nível nacional, analisando a conjuntura política, econômica, social e cultural, no mesmo momento em que através das falas dos pais e alunos beneficiários contribuíram com dados mais precisos dessa política nos bairros em análise na pesquisa.

Considerações Finais

Os programas voltados para as famílias no Brasil ainda têm muito que organizar enquanto um campo de políticas e iniciativas governamentais. Pois, a família tem o seu papel que, deve ser baseado na participação ativa e crítica dos sujeitos participantes, porém, isso não faz com que o Estado, enquanto poder público, reduza suas responsabilidades estatais e garanta o provimento de seus serviços. O estudo buscou explicar questionamentos de autores como Bourdieu e Durkheim, para exprimir a importância de se entender as questões voltadas para a educação fazendo-se contrapontos com a estrutura social vivida pelos atores sociais.

Em decorrência ao exposto nas entrelinhas da pesquisa, as mães entrevistadas, mesmo confundindo, em quase todos os momentos, aprendizagem com escolarização, estas apresentam seus descontentamentos frente às políticas públicas, as quais deveriam, na opinião das mesmas, garantir uma melhor qualidade de vida, onde pudessem com isso atingir a

educação pública, contribuindo para o crescimento de indivíduos críticos. Apesar da maioria dos alunos entrevistados apresentarem as dificuldades/fragilidades que o programa enfrenta, todos enxergam o programa como uma ajuda que, com uma mudança/ repensar das condicionalidades dessa política, a ponto de desconstruir a estrutura do ensino e da aprendizagem, permitirá que os beneficiários possam crescer em capital cultural e consequentemente virar um ex-beneficiário do programa, na medida em que vai se qualificando.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Janete M. Lins de e Autores Associados. *Educação como Política Pública*. 2 ed. São Paulo, 2001.

BRASIL. Lei nº 10.836 de 9 de janeiro de 2004. *Institui o Programa Bolsa Família*. Acessado em 30 de novembro de 2011. Disponível em: <http://www.mds.gov.br>

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Programa Bolsa Família*. Agenda da Família. 2010.

BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Secretaria Nacional de Renda de Cidadania*. Acesso em: 25 de janeiro de 2012. Disponível em: www.mds.gov.br/adesao/mib/matrizview.asp?IBGE=260790

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Relatório de informações sociais do Bolsa Família e do Cadastro Único*. Acesso em: 25 de janeiro de 2012. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ascom/index.php?cut=ahrocdov>.

BOURDIEU, Pierre,; **PASSERON**, Jean-Claude. *A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Tradução de Reynaldo Bairão. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 238p, 1975.

_____. *Escritos de educação*. Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (org). 10. ed, de Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

COHEN, E. & **FRANCO**, R. *Avaliação de Projetos Sociais*. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

CRAS-Curado. *Bolsa Família Online*. Acesso em: 08 de dezembro de 2011. Disponível em: <http://crascurado.blogspot.com/2010/02/bolsa-familia-online.html>

DURKHEIM, Émile. *Educação e Sociologia: com um estudo da obra de Durkheim*, pelo professor Paulo Fauconnet; Tradução do professor Lourenço Filho. 11 ed. São Paulo: melhoramentos, 1978.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Resultados Finais do Censo Escolar 2011*. Acesso em: 31 de janeiro de 2012. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>.

MOURA, Paulo Gabriel Martins de. *Bolsa Família: projeto social ou marketing político?* Revista Katál. Florianópolis, v. 10, 2007.

MOURA, Rita de Cássia Barreto de. *Programa Bolsa Família e Bolsa Escola no Recife: uma análise a partir da avaliação dos docentes e gestores.* Dissertação de Mestrado em educação. UFPE, 2010.

JABOATÃO DOS GUARARAPES. *As regionais.* Acesso em: 21 de janeiro de 2012.
Disponível em: <http://www.jaboatão.pe.gov.br/jaboatao/regionais.aspx>.

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS.
Sistema de Informação e Gestão da Assistência Social de Pernambuco. Disponível em:
<http://portalsocial.sedsdh.pe.gov.br/sigas/mapa.php/?cidade=jaboatãodosguararapes>
Acesso em: 26 de dezembro de 2011.